

Relatório de Participação em Evento Internacional – **Cons. Luiz Fernando Martins Castro**

EVENTO: 14.ª reunião do IGF (Internet Governance Forum), realizado entre 25 e 29/11/2019, em Berlim, Alemanha.

O IGF deriva da decisão adotada na reunião de cúpula da sociedade da informação, WSIS (World Summit on Information Society), organizada pela ITU (International Telecommunications Agency), em 2003, Genebra, com segunda parte em 2005, Túnis.

Já houve dois eventos do IGF no Brasil – Rio de Janeiro – 2007 e João Pessoa - 2015.

Nesta edição houve de mais de 3000 participantes, representando os mais vários países do globo, com a apresentação de vários workshops, com as características de representação multissetorial, de origem geográfica e de gênero.

A abertura do evento esteve a cargo do Secretário-Geral da ONU, António Guterres, e da Primeira-Ministra alemã, Angela Merkel, que preconizaram a existência de uma rede aberta, livre, inclusiva. Ele alertou para o risco de que o acesso, ou sua falta, podema gravar as desigualdes globais. E que a internet pode ser usada para o bem, como para o mal. Ressalatarem a importância do IGF como for de discussão multissetorial. Ela ressaltou a existência de pontos conflituosos e controvertidos, que devem ser endereçados por um esforço global de governança da Internet, capitaneados pelo IGF e ONU. Fez especial referência aos custos de acesso, que não devem ultrapassar 2% da receita mensal dos indivíduos (para 1 GB) e que é necessário coragem para se derrubarem os muros hoje existentes.

No dia zero, tivemos o workshop Net Mundial +5, celebrando e revendo os feitos do evento Net Mundial, realizado em São Paulo, em 2014, com a participação e intervenção de vários representantes do CGI/NIC, como o Prof. Glaser, Carlos Afoso (CA) e Embaixador Benedicto da Fonseca.

As principais manifestações foram no sentido de:

- a importância de se ouvir os outros agentes/setores, respeitando os sitintos pontos de vista, para fazer prosperar o multissetorialismo;
- permanência e importância de refrescar os principios aprovados ou reafirmados na Net Mundial,
- preocupação com as iniciativas
- (Vint Cerf) – deve existir uma coalizão de boa vontade, olhar o processo para avançar (“Don’t waste the crisis”).
- Citado que atualmente o próprio Facebook pede alguma regulação, coerente entre as 193 nações do globo.

Alguns tópicos mostraram-se recorrentes em workshops, de maior recorrência e interesse, como o uso da Inteligência Artificial, podendo resumir alguns tópicos abordados:

- O uso da Inteligência artificial deve resultar no ganho de qualidade de vida das populações e não na exclusão e discriminação. Deve ser usado de forma transparente e auditável e servir ao desenvolvimento das potencialidade humanas.

Foram apresentadas várias iniciativas de autorregulação ou propostas de melhores práticas para o uso da IA, como pela Microsoft e OECD, que criou seu AI Policy Observatory.

O uso da IA deve servir ao crescimento econômico e de segurança, além de ser centrado no ser humano, com respeito aos Direitos Humanos e Privacidade.

Suas iniciativas devem ser transparentes, auditáveis e gerar confiança.

Quadros normativos que assegure a ética na implementação e uso da IA.

Proposta de um White Paper para desenvolvedores.

Prever entendimento amplo dos data sets, e empoderamento das mulheres.

Algumas aplicações já pretendidas e temas a explorar:

- preservação da herança cultural;
- acessibilidade;
- sinergias com a indústria.
- IA é ferramenta, e não é má por si só, mas depende de quem a usa;
- a técnica permite usos bem intencionados, mas que podem ser pervertidos (como reconhecimento facial, para segurança, ou monitoramento de opositores.
- a questão deveria ser questionar os valores instalados nas tecnologias;
- necessidade de transparência e accountability.
- criação de quadros normativos que envolvam a ética, inclusive com a proibição de certos tipos de usos, e não violem direitos liberdades pessoais e direitos civis.

No dia 27/11/2019, quarta-feira, das 10:45 às 11:45, participamos como Moderador da Sessão Colaborativa denominada: "Approaches to privacy and data protection concerns on national and regional levels"

Tratou-se de uma sessão colaborativa de NRIs, de duração de uma hora, com participação de outros países. A sessão também teve como moderadora Shane Tews (IGF-USA). A dinâmica da sessão foi definida de acordo com as policy questions preestabelecidas, que são:

- 1- How can end users rights and their capacity to protect themselves and their data be reinforced?
- 2- What are the practices of privacy and data protection on national and regional levels?
- 3- What role should Internet platforms play in defining the standards for privacy and data protection online?
- 4- Are nationally developed standards globally acceptable?

Após a apresentação de painelistas de distintos países, foi aberto debate entre os participantes, que permitiu concluir pela existência, nos distintos países, como Panamá, Coreia do Sul, França, Brasil, e outros da Europa, de pressupostos principiológicos alinhados, porém em distintos graus de implementação prática.

Muito interessante foi a questão abordada pela representante da Macedônia, que relatou que mesmo o seu país não sendo parte formalmente submetida ao GDPR, suas empresas e o próprio governo tem que se adaptara essa legislação, em razão de seus consumidores, parceiros, localizados em países da EU, exigirem tal condição, o que demonstra o pragmatismo prevalecendo a aspectos puramente formais.

Como impressão pessoal, entendo que o evento foi excelentemente bem organizado, com boa qualidade de conteúdos, ainda que com alguma redundância de temas discutidos, talvez em razão da diversidade e assimetria existentes entre os diversos países.

São Paulo, 4/12/2019

Luiz Fernando Martins Castro